



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007403-32.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Espécies de Títulos de Crédito**
 Requerente: **Rede Recapex Pneus Ltda**
 Requerido: **Marcrilute Transportes Rodoviários Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Rede Recapex Pneus Ltda propôs a presente ação contra a ré Macrilute Transportes Rodoviários Ltda, alegando ser credora desta na importância original de R\$ 11.247,29, decorrente da venda de pneus, prestação de serviços e/ou derivados, pedindo a citação da ré para pagar a referida quantia devidamente acrescida de atualização monetária e juros de mora, sob pena de conversão do mandado inicial em mandado executivo.

A ré foi citada às folhas 44, na pessoa de Ismael Cardoso, contudo não ofereceu embargos monitórios (folhas 48), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito porque impertinente a dilação probatória, ante a não oposição de embargos, nos termos do artigo 1.102-C do Código de Processo Civil.

Os documentos colacionados pela autora comprovam a venda de pneus, prestação de serviços e/ou derivados e a ausência de contestação faz presumir verdadeiros os fatos afirmados pela autora, de que o equipamento foi entregue e a ré encontra-se inadimplente (**confira folhas 16/21**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, constituindo de pleno direito o título executivo judicial no valor de R\$ 11.247,29, convertendo o mandado inicial em mandado executivo, com atualização monetária e juros de mora devidos a partir da planilha de folhas 4/5. Condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**